


ENTREVISTA

SOBRE LEITURA E FORMAÇÃO DE LEITORES

Entrevista com Ana Crélia Penha Dias

Marcelo Medeiros da Silva  0000-0003-1055-910X
Universidade Estadual da Paraíba
marcelomedeiros_silva@yahoo.com.br

Carlos Eduardo Albuquerque Fernandes  0000-0001-9460-4291
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco
eduardo.fernandes@ufape.edu.br

Patrício de Albuquerque Vieira  0000-0002-6862-0789
Instituto Federal do Rio Grande do Norte
patricioavieira@hotmail.com

Recebido em 22 de julho de 2022

Aceito em 21 de setembro de 2022

Ana Crélia Penha Dias é formada em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, especialista em Literatura Infantil e Juvenil, mestre e doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, instituição da qual é docente. Bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), líder do grupo de pesquisa Literatura e Educação Literária, coordenadora do GT da Anpoll Literatura e Ensino, membro votante da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil desde 2018, ela tem experiência na área de Letras e seus interesses de pesquisa estão relacionados aos seguintes temas: literatura infantil, literatura brasileira, literatura e ensino e formação do leitor literário. Atualmente, compõe a diretoria da ANPOLL - biênio 2021 - 2023. Dentre as obras que organizou, merecem destaque as seguintes: Ensino da literatura, poéticas e teorias (2021), Reflexões sobre a sala de aula: contribuições do PROFLETRAS (2020), Além das fronteiras: literatura, ensino e interdisciplinaridade (2013), Drummond, testemunho da experiência humana - Almanaque. (2011). Nesta entrevista, Ana Crélia Penha Dias apresenta algumas reflexões sobre a formação de leitores na educação básica e no ensino superior e sobre o papel da universidade no processo de formação de leitores em nosso país.

1. A quem compete formar leitores?

Ana Crelia Penha Dias - Essa pergunta requer, a meu ver, um posicionamento político. Formar leitores de modo efetivo é função de instituições formativas (escolas, universidades). Entretanto, isso só vai acontecer se entendermos essa formação dentro da perspectiva da educação literária, que estabelece lugares e funções para todos os processos: políticas públicas, formação docente, compromisso do mercado editorial, bibliotecas públicas, compromisso institucional com o trabalho efetivo com o texto literário, dentre outros fatores. Não haverá formação de leitores se não houver livro na escola, se as bibliotecas estiverem fechadas, se a formação de professores não vislumbrar esse percurso formativo, se os professores não tiverem autonomia necessária (e formação) para escolherem os livros adequados às suas turmas, se o tempo para ler não estiver previsto na sala de aula... além de uma série de outras variáveis. A última estação da formação de leitores está na sala de aula, mas o discurso do senso comum a aloca exclusivamente ali e culpabiliza professores da educação básica pelos problemas com a leitura, em especial na escola pública. Não resolveremos essa questão com fórmulas mágicas, nem com repetição de receitas.

2. É função da universidade formar leitores? Que leitores, então, a universidade deve formar?

Ana Crelia Penha Dias - A universidade, como espaço formativo, sempre teve essa obrigação e a cumpre, de certo modo: forma o leitor especialista, ainda que com certos preceitos que nem sempre contribuem para a atuação em sala de aula. A

questão é que a instituição não reviu seus objetivos quando houve o alargamento do público discente – a necessária democratização do acesso ao ensino superior trouxe para as nossas de aula estudantes com percursos formativos acidentados, em situações de, por vezes, nunca terem lido um livro completo. Como formar esse estudante em leitor especialista se ele não tem repertório básico como leitor? Aí a universidade vira as costas e diz que não é com ela. É com quem então? Hoje a universidade precisa repensar onde estão os pré-requisitos necessários às suas ementas para, não apenas exigí-los previamente, mas ajudar a construí-los. E, principalmente, tomar para si a formação de leitores para a educação básica como propósito e disciplina no currículo. Sem professores que saibam minimamente fazer crítica de livros infantis e juvenis, por exemplo, temos um grande entrave à formação de leitores. Hoje são selecionadas mais obras paradidáticas do que literárias para serem lidas na escola, inclusive em programas que constituem políticas públicas.

3. Qual o perfil atual do leitor que integra o Ensino Superior das Universidades Brasileiras?

Ana Crelia Penha Dias - O último levantamento feito em minha universidade mostra que, nos cursos que interessam à formação de professores – Letras e Pedagogia – temos um perfil de grande vulnerabilidade socioeconômica. A precarização da carreira e as condições de trabalho estão certamente entre os motivos para o afastamento da classe média da profissão docente. Com esse perfil e a partir do que entendo como educação literária, seria difícil admitir que chegam às nossas salas de os

“leitores vorazes” de que falávamos antigamente. Mas nem sempre também podemos falar em ausência de experiência leitora. O advento “Harry Potter” mudou muito o perfil de leitores: achávamos antes que jovens não liam mais de dez páginas, e eles passaram a ler quatrocentas, setecentas... Mas isso não significa que, lendo apenas de literatura de massa, eles estão com repertório necessário para serem formados já como especialistas. Houve, portanto, além de alargamento de público, expansão do universo de leitura feita por estudantes, dentro e fora das escolas, mas a universidade ainda precisa atuar. Não dá para negar a formação que o estudante traz, mas não se pode negligenciar o direito de ampliação do repertório.

4. Que perfil de leitor desejamos para os alunos da academia que, no futuro, também serão formadores de leitores?

Ana Crelia Penha Dias - Os licenciandos precisam ter formação como especialista – saber fazer crítica literária de obras dirigidas a diferentes públicos, da criança ao adulto – e ainda pensar politicamente a formação dentro da instituição de educação básica, como olhar para os leitores, as obras e as práticas de leitura. Educação literária precisa dialogar com compromisso para dirimir desigualdades, sejam elas de classe, gênero e raça, sem que para isso se jogue ao universo do uso pedagógico das obras, que impulsiona inclusive o mercado editorial na iniciativa de reproduzir essa ideia em novas publicações.

5. Conhecer os saberes e as experiências literárias dos graduandos é uma estratégia importante para a formação deles como leitores literários?

Ana Crelia Penha Dias - Conhecer o estudante e sua realidade sempre foi premissa básica da educação. Com a formação de leitores não é diferente. O único problema é o modismo criado a partir disso, especialmente, mas não exclusivamente, na educação básica. Começar pela experiência dos estudantes parece ser o único mobilizador de muitas ementas. A questão está em achar que democratizar o saber que o estudante traz é suficiente, e não fazer previsão de democratizarmos o nosso saber; criou-se uma dicotomia para responder ao desconforto com a imagem do professor sabe-tudo: o professor sabe-nada. Ora, é na sala de aula que construímos conhecimentos e ampliamos a formação dos alunos. Dizer que sabemos menos ou nada, que nosso saber não interessa é aderir ao negacionismo de certa forma, que ignora anos de estudo. Uma formação com pressuposto dialético de partir da experiência dos estudantes e rumar em direção à ampliação do repertório – que precisa ser diverso, incluindo formas e obras consideradas canônicas – é o que se faz urgente e necessário a meu ver.

6. De que modo a(s) teoria(s) da literatura que se estudam nos cursos de Letras pode(m) contribuir para formar leitores no âmbito do ensino básico? Ou não podem?

Ana Crelia Penha Dias - Nenhuma construção de conhecimento pode abrir mão de aparato teórico. As teorias da literatura, se pensadas na medida

necessária e sem antecipar leituras do texto, podem ser trazidas como formas de aprofundar os processos de construção de sentido dos estudantes da educação básica. Fica muito mais interessante ler Machado de Assis ou Lygia Fagundes Telles fazendo contraponto com as teorias sobre narrador e ponto de vista. Daí começamos a fazer o leitor desconfiar do texto e pensar não só naquilo que ele conta, mas no porquê e como conta.

7. O que seria necessário alterar na nossa forma de pensar os cursos de Letras e de Pedagogia, de maneira a favorecer uma organização curricular com disciplinas mais integradas entre si e mais atentas ao desenvolvimento de ações relacionadas à formação de leitores?

Ana Crelia Penha Dias - Acho que precisamos politizar mais a formação de professores e, nesse sentido, pensar os currículos de modo que atendam também – mas não exclusivamente – a atuação na educação básica pública. Professores precisam aprender conteúdos específicos, mas necessitam saber também democratizar esses saberes na escola, defender os espaços públicos, atuar democraticamente nas suas instituições quando ocupar espaços de poder. Não podemos formar apenas quem saiba os tipos de sujeito e as escolas literárias. Precisamos também entender que a defesa de nossa disciplina como manutenção de código de vagas para um departamento, por exemplo, tem que dialogar com a necessidade formativa do público que atende. A universidade não pode estar apartada das necessidades sociais, em especial quando atua em frentes primordiais ao desenvolvimento de sua população.

8. Na contemporaneidade, é possível pensar uma didática de literatura no ensino superior, sem renunciar a uma ressignificação do conceito de texto literário (considerando-se forma e conteúdo)?

Ana Crelia Penha Dias - Só é possível assim mesmo: sem renúncias. Para trazer a didática da literatura não podemos abrir mão do objeto – o texto literário – nem das teorias que o circunscrevem. A grande questão é tensionar esses campos de saber: didática da literatura, teorias e crítica literárias, no sentido do reconhecimento do papel do leitor, como também (mas não exclusivamente) sujeito de sua forma de ler.

9. Na sua opinião, a legislação que orienta a formação do professor em curso de Letras, bem como a que normatiza o ensino de literatura na educação básica contribuem para a elaboração de propostas metodológicas de práticas leitoras?

Ana Crelia Penha Dias - Acho que legislação nenhuma dará conta de pensar metodologia – e sinceramente acho que nem deveria. Metodologia é escolha docente. O ensino brasileiro precisa de teorias que dialoguem com suas práticas e/ou proponham a construção de outras. As metodologias virão a reboque, no meu ponto de vista. Esse panorama de muita repercussão na metodologia tem sido um entrave para a formação de leitores: parafraseando Mário Quintana, que dizia que a igreja barroca tem tanto anjo que mal dá pra ver o santo, as novas (velhas) metodologias milagrosas trazem tanta novidade que mal dá tempo de ler em profundidade o texto. É tanto diálogo a fazer que nem sobra tempo para mais nada. O problema maior é que

reproduzimos a lógica do “começar pela experiência” que os professores já têm; ou ainda por aquilo que julgamos que eles “precisam mais”. Em pouco tempo, o prazo de validade das receitas vence, e o professor não tem repertório teórico para repensar caminhos.

10. Qual a opinião da professora sobre a BNCC, em especial ao lugar, concepção e abordagem da literatura depreendidas deste documento parametrizador?

Ana Crelia Penha Dias - A ideia de uma base curricular poderia ser interessante se ela fosse realmente base e não processo integral, se não ditasse normas de material didático e de produção paradidática, que substitui a literária, mas, acima de tudo, se ela não tivesse como propósito a formação para um mercado capitalista neoliberal, para o qual os pobres serão preparados e os ricos serão formados. A literatura está ali como perfumaria – fica bonito falar disso, mas não convoca políticas públicas e faz concessões complexas.

11. Um desafio para os educadores, inclusive nas universidades, nas últimas décadas são as mudanças advindas da força das novas tecnologias, que tem influenciado as sociedades modernas nas suas relações sociais, o que está modificando profundamente os modos de aquisição de informações e conhecimentos, dando origem a uma nova sociedade – a Sociedade da Informação. Com base na influência das tecnologias na vida dos jovens, como o professor pode aliar as redes sociais às atividades pedagógicas na formação de leitores literários?

Ana Crelia Penha Dias - Acho que isso nem deveria ser nossa preocupação ainda porque a maioria de nossas instituições sequer tem internet... há um quê de patético com a excessiva preocupação com redes sociais, novas tecnologias sem luta por políticas públicas de inclusão digital, numa realidade de cortes astronômicos nos orçamentos da educação, da ciência e da tecnologia. Mais uma vez, estamos alocando o problema e a solução dele na última estação, que é a sala de aula. Durante a pandemia, tivemos dois anos em que crianças e jovens ficaram sem aulas porque suas instituições – as públicas, claro – sequer conseguiam acessar as famílias. O milagre tecnológico ajudou? Sem política pública, ele não conseguiu. Não podemos negar os avanços tecnológicos, mas precisamos garantir primeiro acesso à internet, por exemplo. Nada disso se faz sem política pública. E política pública não nos é dada de graça – é preciso muita luta para conseguir.

12. De que maneira (s) poderíamos aproximar as pesquisas em Literatura realizadas na universidade (TCC, extensão, PIBIC, Dissertações e teses) à prática de ensino-aprendizagem da Literatura na escola?

Ana Crelia Penha Dias - Acho que o movimento é o oposto: nós precisamos nos aproximar da escola, aprender mais com ela e dialogar de modo a visibilizar pesquisas feitas e encontrar outros problemas de pesquisa.